



Revolução Farroupilha: Representações e Livros Didáticos: algumas considerações.

André Átila Fertig*

Maria Helena Nascimento Romero**

Resumo: Neste trabalho tem-se como objetivo analisar as representações da Revolução Farroupilha nos livros didáticos nas décadas de 1930 e 1940. Os manuais didáticos estudados são dos autores: Rocha Pombo, Hélio Vianna e Armando Souto Maior. Percebe-se que nas primeiras décadas do século XX era usual no ensino e nos livros escolares o modelo biográfico, em que valores morais e cívicos eram transmitidos por meio de personagens que representou uma característica da história ensinada. Assim, a abordagem do tema visa analisar se existiram relações entre a política nacionalista de Vargas e as políticas públicas educacionais adotadas, principalmente o ensino e o uso do livro de história. A apresentação do movimento deu ênfase especial à “brasilidade” dos gaúchos, á unidade territorial e cultural do Rio Grande ao resto do Brasil, buscando também neutralizar possíveis influências dos países platinos. Em fim, percebe-se que o ensino e o livro de história, no período estudado, respondeu a uma intenção e necessidade do governo central de mostrar-se como um poder forte, centralizado e unificado, e os heróis nacionais como modelos de patriotismo e identidade nacional.

Palavras Chaves: Ensino de História. Livro Didático. Era Vargas.

Abstract: This paper has as objective to analyze the representations of Farroupilha Revolution in the didactic books in the 1930's and 1940's. The didactic manuals studied are from the authors: Rocha Pombo, Hélio Vianna e Armando Souto Maior. It is noticed that on the first decades of the twentieth century, it was usual for the teaching and school books, the bibliographical model, in which the moral and civil values were transmitted through the characters who represented a characteristic of the History taught. In this way, the approach of the theme aims at analyzing if there were connections between Vargas nationalistic politics

* Professor do PPGH-UFSM.

** Aluna do Curso de Especialização em História do Brasil da Universidade Federal de Santa Maria.UFSM. Professora de História da Rede Pública de Ensino.



and the public educational politics adopted mainly for the teaching and use of the History book. The presentation of the movement gave special emphasis to the “Brazilians” of the gauchos, to the cultural and territorial unit of Rio Grande do Sul, seeking to neutralize possible influence of the neighbor countries of the province as well. Thus, the teaching and the History book responded to the central government’s necessity of showing itself as a strong, centralized and unified unit, and the heroes as models of patriotism and national identity.

Key-words: History Teaching. Didactic Book. Vargas Age.

Introdução

A Revolução Farroupilha talvez seja o tema mais estudado na historiografia rio-grandense. O conflito é considerado como um dos acontecimentos mais importantes da história do Estado sulino. A revolução quase sempre foi tratada de forma apaixonada e, por isso mesmo mistificadora pela versão tradicional e oficial. É a partir dos anos de 1980 que o tema tem sido apresentado pela historiografia de forma mais relacionado com as questões nacionais e enfocando, além disso, as relações da Província com os países platinos, como em (PADOIN, 2006).

Em relação ao livro didático, BITTENCOURT (2006) destaca quatro facetas dos manuais: 1- é uma mercadoria da indústria cultural e como tal obedece à lógica do mercado, e, está intimamente ligada a evolução das técnicas de fabricação; 2- é um “depositário dos diversos conteúdos educacionais”, considerados essenciais por uma sociedade, pois ele pode recuperar conhecimentos, costumes, mentalidades de uma determinada época; 3- ele é um instrumento pedagógico que reflete sua época, em termos pedagógicos e de metodologia; 4- e, por último, um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia e de uma cultura. Nesse sentido,

Pesquisas demonstraram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes generalizando temas, como família, criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa. (BITTENCOURT, 2006, p 71-74)

Ademais, continua a autora, muitas vezes os manuais escolares utilizam uma linguagem mais simples, de mais fácil compreensão, tornando acessível o saber científico aos



alunos. Entretanto, existe o perigo de que essa linguagem mais acessível resulte em simplificações do conhecimento histórico, o que:

Limitam sua ação na formação intelectual mais autônoma dos alunos. Autores e editores ao simplificarem questões complexas impedem que os textos dos livros provoquem reflexões ou possíveis discordâncias por parte dos leitores. Sua tendência é de ser um objeto padronizado, com pouco espaço para textos originais, condicionando formatos e linguagem, com interferências múltiplas em seu processo de elaboração associadas à lógica da mercantilização e das formas de consumo. (BITTENCOURT, 2006, P.73)

No entender da escritora o livro didático também pode ser “um instrumento de reprodução de ideologias e do saber oficial imposto por determinados setores do poder e pelo Estado.” É o professor de história de sala de aula quem, conforme a autora deve mudar essa situação, pois, ele pode “transformar esse veículo ideológico e fonte de lucro das editoras em instrumento de trabalho mais eficiente e adequado às necessidades de um ensino autônomo” (BITTENCOURT, 2006, p 71-74) A autora, no entanto, não aponta os caminhos que ajudaram os professores a uma boa utilização do material didático.

A partir dessas considerações, nesse trabalho analisar-se-á as representações sobre a Revolução Farroupilha nos livros didáticos, considerando-se o posicionamento dos autores sobre categorias como: federalismo, separatismo, escravidão e república. O recorte temporal é o período da Era Vargas.

Os escritores e livros didáticos selecionados foram Hélio Vianna, José Francisco da Rocha Pombo e Armando Souto Maior. Sobre a produção historiográfica do período será analisado autores como, Dante de Laytano, Alfredo Varela, Souza Docca e Othelo Rosa.

A Revolução de 30 e a ascensão de Getúlio Vargas ao governo central trouxeram mudanças políticas para o Estado do Rio Grande do Sul. O projeto de governo de Vargas foi construir a unidade nacional e exaltação do pensamento, realizações e da pessoa do governante. Este era um momento histórico de continuação e consolidação de construção da identidade nacional, de despertar no povo brasileiro o nacionalismo. O Estado gaúcho não poderia ficar de fora dessa construção. Era necessário reafirmar a “brasilidade” do rio-grandense, não era conveniente falar em separação, quando a ordem era a construção de um espírito patriótico e nacionalista. Nesta nova conjuntura, era preciso esquecer as desavenças, a República Velha e seu liberalismo (pensar a Revolução Farroupilha associada a uma ideia



de separatismo e de influências platinas, não era o mais apropriado). Dessa forma, a nova política de integração nacional, defendida pelo novo governo, entrava em choque com a memória de um Estado que alimentou pretensões isolacionistas. Assim, o projeto do representante do governo central, que alias, era um gaúcho, foi de “abrasileirar” o Rio Grande. Nesta tarefa muitos foram os intelectuais que labutaram no projeto de reconstrução da história do Estado, de aproximá-lo do centro do país, de dissimular as diferenças, em suma de “abrasileirar” o Estado do Rio Grande do Sul. Um dos temas histórico discutido e reconstruído com este objetivo foi a Revolução Farroupilha, precisava-se de uma nova narrativa para a Guerra dos Farrapos.

Foi a partir da década de 1930, que livros escolares começam ser escritos por autores brasileiros e passam a ter uma maior circulação entre os alunos. Nesse período inicial de produção, de 1930 a 1960, os manuais escolares se caracterizam por,

Livros que permaneceram por longos períodos no mercado sem sofrerem grandes alterações; livros que possuíam autores provenientes de lugares tidos, naquela época, como de alta cultura, como o Colégio D. Pedro II; livros publicados por poucas editoras que, muitas vezes, não os tinham como mercadoria principal e, por fim, livros que não apresentavam um processo de didatização e adaptação de linguagem consoante às faixas etárias às quais se destinavam. (GATTI JÚNIOR, 2004, p.37)

Conforme Guy de Hollanda, dois foram os motivos que levaram a um aumento na produção de materiais didáticos para o ensino Secundário brasileiro a partir da década de 1930: a crise de 1929 aumentou muito os preços dos compêndios franceses, e, por outro lado, o incremento no número de escolas secundárias brasileiras, como consequência das reformas de Francisco Campos (1931). (GUY DE HOLLANDA, 1957, p. 106).

Com o ministério de Gustavo Capanema cria-se uma legislação específica para tratar das questões concernentes aos livros didáticos. Um delas, a Comissão Nacional do Livro Didático _CNLD_ (Decreto–Lei nº 1. 006, de 30/12/1938), estabelece “as condições de produção, importação e utilização do livro didático”. A função da CNLD era, “em tese, a condução da política do livro didático, mas que, na verdade, exercia um controle político-ideológico sobre a produção e distribuição didática.” As Comissões Estaduais do Livro Didático _CELD_ estavam subordinadas ao órgão nacional. Consequentemente, “Todas essas



medidas relativas ao ensino e ao livro didático adquirem unidades ideológicas se pensadas no contexto da ditadura do Estado Novo, decretada por Getúlio Vargas.” (CAIMI, 2002, p.38).

Entre as competências atribuídas a CNLD estavam: examinar e proferir julgamento dos livros didáticos, estimularem a produção e orientar a importação de livros didáticos; indicar livros de valor para serem editados por poderes públicos. (OLIVEIRA, 1984, p.33)

O Decreto-Lei nº 1.006 no seu artigo 20 aponta alguns impedimentos à autorização do livro didático pela comissão, destes onze estavam relacionados a questões político-ideológicas contra cinco impedimentos que se referem à didática. Eis alguns:

a) “o livro que atente, de qualquer forma, contra a unidade, a independência ou a honra nacional”.

b) “que contenha, de modo explícito ou implícito, pregação ideológica ou indicação da violência contra o regime político adotado pela Nação”.

c) “que envolva qualquer ofensa ao Chefe da Nação, ou às autoridades constituídas, ao Exército, à Marinha, ou às demais instituições nacionais”.

d) “que despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figuras dos que se bateram ou se sacrificaram pela pátria”.

e) “que encerre qualquer afirmação ou sugestão que induza o pessimismo quanto ao poder e ao destino da raça brasileira; [...]” (OLIVEIRA, 1984, p.35).

No entender do autor citado a ênfase em demasia nos aspectos morais, cívicos e políticos presentes no Decreto-Lei pode sugerir duas situações: por um lado pode estar havendo uma literatura didática contrária ao espírito de nacionalismo que se está querendo formar na época, e, por outro, que a medida servisse de estímulo para que se produzissem obras que seguissem a política pedagógica defendida pelo governo. (OLIVEIRA, 1984, p.35,36).

Como exemplo dos reflexos e da materialização do Decreto-Lei nº 1. 006 a autora cita um episódio curioso quando o governo promove em 1940 um concurso público entre autores nacionais para a escolha de livros que contenham os programas de Educação e Moral e Cívica, a fim de serem usados nos centros cívicos da Juventude Brasileira (instituição criada em 1938), como guia para alunos e professores. O artigo 3º do regulamento estabelece que, “os livros, quer destinados ao uso dos alunos, quer dos mestres, deverão atender integralmente ao espírito de formação da consciência patriótica, expresso no [...] e do Decreto-Lei nº 1.006



[...]” A Comissão Nacional do Livro Didático especificou os conteúdos a serem valorizados nas Cartilhas de Educação e Moral e Cívica, como:

Apresentar, obrigatoriamente, assuntos que levem crianças e jovens à compreensão e meditação dos deveres para com a família, a escola, o trabalho, a unidade e a segurança da Nação, as tradições nacionais, a solidariedade social e o valor do cooperativismo, a tolerância religiosa, a conservação da saúde do corpo e do espírito.

Enfim, considerando que o ensino de História, nesta época, foi instrumento de legitimação de poderes e de formação de indivíduos adaptados a ordem social, percebe-se que a abordagem histórica deveria privilegiar as ações do Estado e dos grandes heróis da história brasileira, aqueles que seriam modelos de patriotismo, e a base formadora da identidade nacional.

REVOLUÇÃO FARROUPILHA: REPRESENTAÇÕES E LIVRO DIDÁTICO

O objetivo deste trabalho é analisar como os livros didáticos de História do Brasil abordaram a Revolução Farroupilha, avaliar também, se esta abordagem respondia ao projeto nacionalista do governo Vargas, ou ao contrário, caminhava em outra direção. Deste modo, esta pesquisa busca respostas a uma questão norteadora: qual o enfoque apresentado pelos livros didáticos e como representaram o movimento farroupilha, durante o governo Vargas, qual era o posicionamento dos autores em categorias como: federalismo, separatismo, escravidão e república, quais as inspirações que os autores didáticos explicitam em suas obras, enfim, qual a ou as vertentes historiográficas, reproduziram os autores que escreveram sobre o movimento gaúcho de 1835 ou tiveram eles editado seus textos na primeira metade do século XX.

Dessa forma, a pesquisa pretende identificar as influências teóricas, políticas e sociais dos manuais didáticos, e, também verificar se havia um dialogo destes com a produção historiográfica acadêmica da época, Realizar-se-á uma análise das categorias já citadas, relacionando-as com os autores didáticos e historiadores selecionados e lidos, buscando perceber proximidades ou distanciamentos entre as narrativas.

Federalismo e Separatismo

A historiografia rio-grandense já vinha demonstrando, antes de 1930, um posicionamento contraria a tese, de que os idealizadores da Revolução Farroupilha tivessem



pretensões separatistas, e que os povos da região platina influenciavam, com suas ideologias e costumes, o povo da Província do sul do Brasil. No entanto, no pós- 1930 a vertente ganha novo fôlego com historiadores como, Dante de Laytano, Souza Docca e Othelo Rosa, entre outros.

Dante de Laytano reescreveu uma narrativa histórica da Revolução Farroupilha, distanciando-se das ideias de separatismo e de influências platina no Estado, o autor procurou destacar a questão da unidade nacional, a “brasilidade” dos farrapos, o Rio Grande do Sul não pretendia separar-se do Império, para o autor o movimento farrapo foi apenas mais um entre os vários que ocorreram no Brasil.

O mineiro Hélio Vianna, teve participação direta no governo Vargas, inclusive no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), escreveu também, livros didáticos, entre os quais, História do Brasil. Quando faz referência a Revolução Farroupilha, afirma que os rio-grandenses sofreram sim, influências dos povos platinos e, isso os tornava diferentes dos demais brasileiros, “embora sem qualquer diminuição de seu sentimento nacional.” E, quanto ao caráter de separação do resto do país, acrescenta, “Convém notar que não se trata, no caso, de verdadeira secessão no Império do Brasil.” E, acrescenta mais o autor, “Em várias oportunidades manifestaram os farrapos o desejo de reentrar na comunhão imperial, sob a fórmula federal. E não tiveram dúvidas em fazer, mesmo sob o regime unitário, quando desapareceram as causas da revolta.” (VIANNA, 1967, p.119, 120).

Já para o paranaense José Francisco da Rocha Pombo, os farroupilhas queriam apenas “dar a revolução o caráter de protesto formal contra as instituições”, ou seja, eles não pensavam em separar-se do resto do país. (POMBO, 1956, p. 415).

O historiador porto-alegrense Laytano, via no segundo líder farroupilha mais importante, o general Antônio de Souza Neto um “brasileiro dotado de fibra”, e como “farrapo ele empreendera uma guerra de dez anos não contra o Brasil, mas contra a Monarquia brasileira”. (LAYANO. 1983, p.23). O autor lembra a participação de Souza Neto em lutas contra os países vizinhos em favor da coroa:



A história gaúcha prova, demonstra e esclarece nosso legítimo sentimento de brasilidade. O proclamador mesmo da República Rio-Grandense não só foi um herói da Guerra do Paraguai, mas duas outras vezes sua vocação nacionalista foi despertada [...] (LAYANO, 1983, p. 26).

O escritor na sequência de sua tese em defesa da unidade dos revoltosos com o governo central insiste que a condição de separação do Estado da capital federal Rio de Janeiro, foi para os gaúchos apenas, “uma posição provisória, um afastamento temporário”. (LAYANO, 1983, p.26). Da mesma forma, o advogado, historiador e professor universitário de Recife, Armando Souto Maior no livro História do Brasil, para o uso no ensino secundário, afirma que com a proclamação da República Rio-Grandense, o farrapo Antônio de Souza Neto estava apenas querendo declarar o “Rio Grande do Sul separado do Brasil até o momento em que as outras províncias se resolvessem a formar conjuntamente uma grande república federativa.” (SOUTO MAIOR, 1967, p.300).

Já o advogado e historiador, o porto-alegrense Alfredo Varella, como representante da matriz platina da historiografia rio-grandense, defendia a tese de que havia sim entre os revoltosos, “intenções separatistas do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX e a existência de influências platinas nos hábitos e nos costumes do Rio Grande do Sul, principalmente na zona fronteira com o Uruguai e a Argentina”. (GUTFREIND, 1998, p.149)

As ideias antiunitárias já vinham sendo pensadas e construídas, desde a origem da Província rio-grandense, intensificando-se a partir da década de 1830. Bem como, a influência platina no Rio Grande era tanta que a região deveria ser considerada como um “território mais ligado aos orientais do que aos brasileiros. Quer queiram ou não o Rio Grande do Sul é até certo ponto um prolongamento do Vice-Reinado do Prata.” (GUTFREIND, 1998, p.12).

De acordo com GUTFREIND (1998) as ideias divulgadas por Varella, neste momento histórico, não eram bem recebidas, as palavras de ordem era nacionalismo, unidade nacional, e a brasilidade do Rio Grande do Sul. Não era permitido falar em nada que lembrasse divisão, rebeldia, autonomia. Dessa forma, era necessário construir argumentos e respostas para fazerem frente à historiografia platina. Assim como Laytano, outros historiadores reescreveram a história da Revolução Farroupilha, tentando dar respostas às posições de



Varella, como Souza Docca e Othelo Rosa, para tomar apenas dois dos oponentes de Varella, citados e comentados pelo texto de GUTFREIND (1988).

Souza Docca, membro da matriz lusa da historiografia rio-grandense, acreditava que os farrapos não queriam separar-se do Brasil. Para ele, a revolução foi conduzida por um sentimento de brasilidade, e com projeto de criar uma Federação, e nunca a separação. Bem como Layatano defendia que o movimento farroupilha esteve vinculado aos movimentos do período, e fez parte do contexto de revoluções ocorridas no Brasil. Dessa forma, objetivo dos farrapos era a República Federativa, o separatismo foi apenas transitório. (GUTFREIND, 1998, p.13) A relação do Rio Grande com os países vizinhos, no entender de Souza DOCCA, não influenciou em nada, já que o gaúcho brasileiro não é semelhante ao gaúcho platino. Este último teve forte mestiçagem com o indígena, no gaúcho rio-grandense foi menor a mescla com o índio. A raça com quem o Rio Grande mais se relacionava e de quem mais assimilou a cultura foi dos portugueses.

Quanto a Varella, conforme Souza Docca, ele padecia de “brasilofobia”. Suas “ideias depreciavam os sentimentos cívicos e eram desdenhosas para com a dignidade dos interesses sulinos.” (GUTFREIND, 1998, p.152) Por fim, conclui Souza Doca, que havia apenas um ponto que assemelhava os brasileiros aos povos platinos, e esse não lhes alterava o comportamento, pois, “As semelhanças entre rio-grandenses e platinos adviriam pela similitude do meio geográfico e pelas atividades comuns ligadas ao campo. No entanto, no “caráter” e no “espírito”, havia diferenças.” (GUTFREIND, 1998, p.153).

ESCRavidÃO

Já em relação à prática da escravidão nas estâncias gaúchas, conforme Layano, os estancieiros possuíam um pequeno o número de escravos trabalhando para eles, e aqueles que lhes prestavam serviços recebiam um “tratamento bondoso” da parte dos latifundiários. No entanto, nas charqueadas além do uso abundante da mão de obra africana, os trabalhadores recebiam maus-tratos da parte dos senhores. (LAYANO, 1983, p.63,64) Quando, porém, esse contingente de trabalhadores forçados, participava na luta pelos ideais farroupilhas, mostravam-se valorosos e bravos guerreiros, lutando ao lado e pela causa do seu senhor. Assim, “os farrapos encontraram nos negros, não o soldado mercenário e passivo, mas o aliado, numa campanha armada pela liberdade de seu Estado [...]” (LAYANO, 1983, p. 210) Bem como,



assegura o autor, os farroupilhas impuseram como uma das exigências, para assinar o acordo de paz com os imperiais no final do embate, que fosse assegurada à liberdade dos escravos fugitivos dos imperiais que lutaram ao seu lado. Conforme o autor, os escravos dos rebeldes tiveram um tratamento diferenciado dos escravos dos monarquistas, já que os fazendeiros sulinos se anteciparam a dar aos seus o direito a cidadania. Insiste Layano, em afirmar a bondade, generosidade e os sentimentos abolicionistas do gaúcho rio-grandense, e que quase todos os proprietários que utilizavam a mão de obra escrava africana, libertavam seus próprios escravos, e, uma vez liberto o africano teria os mesmos direitos que qualquer cidadão do novo país, assim:

Os republicanos davam aos negros escravos o próprio direito de cidadania, bastando que eles aderissem à causa e formassem fileiras nos seus exércitos. A facção contrária procurou atrair os escravos, oferecendo-lhes as mesmas regalias da libertação. Mas tinham chegado tarde, os republicanos, mais hábeis e mais sinceros, conquistaram os escravos para si desde os primeiros dias de 35. (LAYANO, 1983, p.213)

Lembra o historiador gaúcho, que no Tratado de Ponche Verde, acordado com o Império, os rebeldes colocaram em uma das cláusulas do tratado que, “São livres e como tais reconhecidos os cativos que serviram na Revolução”. Nesse sentido, e por isso, para o autor, os republicanos gaúchos estavam na vanguarda no tratamento com seus escravos:

Os republicanos não esqueceram seus aliados, colaboradores destemidos: os escravos negros rio-grandenses. Anteciparam-se ao próprio julgamento da História, porque o negro já deixou de ser homem inferior. Mas, nos homens de 35, essa libertação existia mais do que um simples embrião: sim, numa própria consciência de igualdade, humanidade e fraternidade ((LAYANO, 1983, p.214)).

Da mesma forma, o escritor de livros didáticos elogia a presteza e bondade dos monarquistas que, por si mesmos, outorgavam aos escravos dos rebeldes sua liberdade, “Os



cativos que houvessem prestado serviços militares à república seriam declarados livres; garantia o governo imperial o respeito à vida e às propriedades dos rio-grandenses.” (SOUTO MAIOR, 1967, p. 302). É digna de nota, a ausência de referência à participação de escravos na Revolução Farroupilha, por parte dos autores Hélio Vianna e Rocha Pombo.

REPÚBLICA

A proclamação da República Piratini no Rio Grande do Sul pelos farroupilhas, de acordo com Layano, foi apenas um ato momentâneo dos revoltosos, eles, na verdade esperavam que ela se “incorporaria ao Brasil num determinado instante, quando a ideia republicana dominasse a vida política do Brasil ou o Brasil fosse uma República como se queria.” (LAYANO, 1983, p.24).

A criação da República Rio-Grandense, conforme o autor seria apenas o primeiro passo, o verdadeiro propósito dos republicanos gaúchos, não era criar uma república independente e sim formar uma Confederação de Províncias, não independentes, mas sob o governo da República Brasileira, dessa maneira, “as Províncias brasileiras iam proclamando-se repúblicas e depois se juntariam todas [...] de modo que o separatismo transforma-se em confederacionismo. Uma confederação ou uma federação de Repúblicas.” (LAYANO, 1983, p.29).

Da mesma forma, Vianna acredita que a influência das repúblicas vizinhas da Província brasileira não conseguiu diminuir o “sentimento nacional” dos rio-grandenses e, por outro lado, a criação da república no Rio Grande e sua separação do império não são definitivas, a proclamação da república aconteceu devido ao desenrolar dos acontecimentos, pois a partir de,

Setembro de 1836 importantes acontecimentos deram novo aspecto à rebelião farroupilha. A 10 de setembro o legalista Silva Tavares foi derrotado em Seival por Antônio de Sousa Neto, que no dia seguinte proclamou, nos campos dos Meneses, a República Rio-Grandense. [...] Convém notar que não se trata, no caso, de verdadeira secessão no Império do Brasil. [...] Em várias oportunidades manifestaram os farrapos o desejo de reentrar na comunhão imperial, sob a fórmula federal. (VIANNA, 1967, P. 120).



Para Souto Maior, as ideias republicanas e federativas dos vizinhos platinos estimularam sim, os ideais políticos dos rio-grandenses, que por sua vez, já vinham a tempos descontentes com as políticas e o trato dispensado a Província pelo governo imperial. Porém, mais tarde, o autor coloca que a criação de uma república no Rio Grande, inicialmente não fazia parte dos planos de todos os revoltosos, que “Organizou a República Rio-grandense como exigiam as circunstâncias [...]”. (SOUTO MAIOR, p.30) No seu entender, a oposição da minoria entre os farroupilhas, ficou mais clara e forte por ocasião da realização da Assembleia Constituinte, ficando visível aí, que o grupo da maioria, que queriam a república, perdia o apoio da minoria, que defendia uma monarquia federal e descentralizada.

Da mesma forma, conforme Rocha Pombo, se de um lado o Rio Grande era influenciado pelos ideais de liberdade das repúblicas vizinhas, por outro lado, a Província já se sentia descontente com o autoritarismo do governo central, nesse sentido:

O que é de notar é que à tendência de repulsa a todo jugo aliou, numa solidariedade moral, que parecia mais forte que um vago nacionalismo a esboçarem-se, as populações do Uruguai e da nossa província do extremo sul. [...] Logo que se libertou, e se constituiu em república a Banda Oriental, conceberam os rio-grandenses o projeto de separação da província; e não tardou que o arvorassem como causa patriótica, que os caudilhos vizinhos tomaram também como sua. (ROCHA POMBO, 1956, p.413)

No entanto, o historiador Alfredo Varela, ao contrário dos demais, pensa que a Província planejava sim, criar uma república independente do resto do império. Também, acreditava que os farroupilhas podiam manter ligações com o Uruguai ou até mesmo criar uma federação. Nesse sentido, conforme GUTFEIND,

Em essência, o que se encontrava em disputa, e a história fora o instrumento utilizado, eram concepções políticas díspares. Enquanto Varela permanecia aferrado ao federalismo [...], “Docca e Cia.”, assim chamados por Varela, defendiam o fortalecimento de laços cada vez mais fortes do Rio Grande do



Sul com o Brasil. [...] Enfim, o temor de Varella era o centralismo, que ele identificava com o absolutismo. (GUTFEIND, 1998, p.161)

Já Souza Docca, não compartilhava das ideias de Varella, ao contrário, acreditava que o Rio Grande pretendia manter-se unido ao resto do país. Sendo assim era justo que o Estado prestasse homenagens aos verdadeiros e grandes heróis da revolução, pois, “Esses teriam sido homens desejosos de uma república federativa, sob a bandeira do Brasil. A renúncia ao seu ideal político, em benefício da paz, demonstraria que para eles o supremo bem era a unidade nacional.” Por fim, para o historiador gaúcho, a “revolução significava muito mais que brasilidade” e o Brasil se tornou devedor a Província que lhe deu lições de tolerância, patriotismo e unidade. (GUTFEIND, 1998, p.154).

Enfim, Othelo Rosa foi representante da historiografia lusitana e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, como igualmente o era Souza Docca. O historiador Othelo Rosa foi um entusiasta defensor da ideia de brasilidade do gaúcho rio-grandense, porém, negava influências espanholas ou platinas. Nesse sentido:

Para Othelo Rosa, o gaúcho rio-grandense tinha uma pequena percentagem de sangue indígena, não era nômade, possuía em alto grau o espírito de nacionalidade e era apegado à ordem, à disciplina e à estabilidade. Já o gaúcho platino era visto por ele com uma percentagem elevada de sangue indígena, sendo nômade, possuindo um espírito localista, daí ter advindo o caudilhismo, a anarquia e a ausência de uma “alma nacional”. . (GUTFEIND, 1998, p. 72,73).

Conforme Othelo Rosa, a Revolução Farroupilha foi apenas mais um dos movimentos rebeldes contra o império brasileiro, ocorridos na mesma época. A rebelião gaúcha na verdade, era contra a monarquia e não contra o Brasil. Os farrapos aspiravam isso sim, à República e à Federação, e não ao separatismo. Insistia o autor que a ação revolucionária rio-



grandense era antimonárquica e anticoncentralizadora; daí porque ter sido uma afirmação do nacionalismo. (GUTFEIND, 1998, p.156).

Considerações finais

Enfim, esse breve estudo permite perceber que as diferentes apresentações da Revolução Farroupilha, por autores que vivendo o mesmo momento histórico, alguns defenderam o projeto governamental de integridade nacional, brasilidade farroupilha, outros que os rio-grandenses tinham pretensões separatistas e identificação com os povos platinos.

Estudar os discursos veiculados no ensino e nos livros escolares de História nos permite perceber que estes discursos, as representações da História do Rio Grande do Sul, e mais especificamente da Revolução Farroupilha, tiveram como objetivo justificar e manter o sistema estatal e os grupos políticos, econômicos e sociais a ele ligados, além da formação de um sentimento nacionalista, patriótico e homogêneo em toda a população do Brasil. Era o ensino e os livros de História sendo um veículo apropriado para difundir ideias e projetos de um governo centralizado e forte e a criação da identidade nacional. Nesse sentido,

Os livros didáticos têm sido de fato, grandes responsáveis pela permanência de discursos fundadores da nacionalidade. É fundamental, portanto, discutir as suas dimensões como lugar de memória e como formador de identidades, evidenciando saberes já consolidados, aceitos socialmente como as “versões autorizadas” da história da nação e reconhecidos como representativos de uma origem comum. (FONSECA, 2004, p. 73)

Era o ensino da história como a mestra da vida, tendo uma utilidade prática: exaltar heróis, estimular sentimentos patrióticos e recolocando o Rio Grande do Sul no novo contexto nacional, onde o governo central, “tinha como um dos seus objetivos neutralizar o poder das oligarquias regionais, formando o sentimento nacional brasileiro.” (ABUD, 1998, p.112).

BIBLIOGRAFIA

ABUD, Kátia Maria. Formação da alma e do caráter nacional: Ensino de História na Era Vargas. **Revista brasileira de História**, v. 18 nº 36, São Paulo, p. 103-113, 1998.

ABUD, Kátia Maria. O ensino de história como fator de coesão nacional: os programas de 1931. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, nº 25/26, set. 92/ago. 93, p.163-174.

ABUD, Kátia Maria. Currículos de História e Políticas Públicas: Os Programas de História do Brasil. Na Escola Secundária. In: BITTENCOURT, C. (org.) **O Saber Histórico em Sala de Aula**. SP: Contexto, 2006, P. 28-41, 11 ed.



BITTENCOURT, C. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, C. (org.) **O Saber Histórico em Sala de Aula**. SP: Contexto, 2006, P. 69-90, 11 ed.

BITTENCOURT. Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BITTENCOURT. Circe Maria Fernandes. **Livro didático e o saber escolar 1810-1910**. Belo Horizonte: Autêntica, Coleção: História da Educação, 2008.

CAIMI, Flávia Heloisa. **Conversas e Controvérsias: o Ensino da História no Brasil (1980-1998)**. Passo Fundo: UPF Editora, 2001.

CAIMI, Flávia Heloisa. O Ensino de História e a Construção da Identidade Nacional. Santa Maria: **Revista VIDYA**, nº 31, janeiro/junho 1999, p.135-151.

CAIMI, Flávia Heloisa. O livro didático: algumas questões. In; DIEHL, Astor Antônio. (org.) **O livro didático e o currículo de história em transição**. EDIUPF: Passo Fundo, 1999, p. 31-48.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago.2009.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2ª. Ed. 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. São Paulo: PAPIRUS, 1993.

GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Rio-Grandense**. 2. Ed. Porto Alegre, ed. Universidade/ UFRGS, 1998.

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro, ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

HOLLANDA, Guy de. **Programas e Compêndios de História para o Ensino Secundário Brasileiro 1931 – 1956**. INEP, Rio de Janeiro, DF, 1957.

LAYTANO, Dante de. **História da República Rio-Grandense**. Ed. Sulina, Porto Alegre, 2ªed., 1983.

MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Articulação entre primário e secundário na era Vargas: crítica do papel do estado. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n.3, p.449-463, set./dez. 2008.

NADAI, Elza. O Ensino de História no Brasil: Trajetória e Perspectiva. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 13, nº 25,26, set-92/ago-93.

PADOIN, Maria Medianeira. A Revolução Farroupilha. PADOIN, Maria Medianeira; PICCOLO, Helga Iracema. (org.). **IMPÉRIO**. Passo Fundo: L. Ed. Méritos, 2006, v2, p. 39-70.



VIANNA, Hélio. **História do Brasil**. 2ªed., Revista e Atualizado, São Paulo: Melhoramento, 1963.

REIS, M. José. O ensino de história e a construção da identidade nacional: uma união legítima? In: **Revista Perspectiva**. Florianópolis: Ed. da UFSC, v. 17, 1999, p. 99-110.

LISTAGEM DOS LIVROS DIDÁTICOS ANALISADOS

MAIOR, Armando Souto. **História do Brasil**: para o curso colegial. 4. ED. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

POMBO, Rocha. **História do Brasil**. 11. ED. São Paulo: Melhoramentos, 1963.

VIANNA, Hélio. **História do Brasil**. 5. ED. V. II Monarquia e República, São Paulo: Melhoramentos, 1967.

Recebido em Julho de 2013

Aprovado em Agosto de 2013